

Estudo Técnico Preliminar 56/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 67224.001259/2024-08

2. Objeto da Contratação

2.1. Trata-se de estudos preliminares referentes ao credenciamento de Organizações Civis de Saúde (OCS), Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) e Cooperativas Médicas para serviços complementares em Assistência Médico Hospitalar e Ambulatorial; Atendimento de emergência/urgência em regime de 24 (vinte e quatro) horas diárias; Atendimento Domiciliar (HOME CARE); Laboratorial em Análises Clínicas e Anatomia Patológica; Fisioterapia; Fonoaudiologia; Psicologia; Anestesia; Terapia Ocupacional e Laboratorial; Serviços Auxiliares de Diagnósticos e Terapia (SADT) e Fornecimento de Órtese, Prótese e Materiais Especiais (OPME) aos beneficiários do Sistema de Saúde da Aeronáutica (SISAU), no Estado da Bahia, na cidade de Salvador e sua região metropolitana e nas cidades de Porto Seguro e Bom Jesus da Lapa e suas respectivas microrregiões e em torno, para complementar os serviços especializados desta Organização Militar de Saúde.

3. Descrição da necessidade

3.1. Em virtude da complexidade, da grande demanda e da diversidade de especialidades requeridas nos diversos atendimentos, alguns procedimentos em saúde não podem ser oferecidos aos beneficiários do SISAU nas dependências do Grupo de Saúde de Salvador (GSAU-SV), procedimentos estes que são necessários na prática clínica, como métodos auxiliares para o diagnóstico de diversas patologias. Nesse sentido, o credenciamento de prestadores de serviços de saúde em áreas diversas se faz necessário, haja vista a necessidade permanente de atender demandas decorrentes do dia a dia. Desse modo, a formalização de credenciamentos torna-se a opção mais adequada para o efetivo atendimento das necessidades dos usuários, tanto de especialidades não disponíveis, quanto para aquelas em que o número de profissionais do GSAU-SV não consegue atender plenamente a demanda existente.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Subseção de Credenciamento (SSCRED) do Grupo de Saúde de Salvador (GSAU-SV)	Rita de Cássia Barreto Santos Ten Cel QOFarm

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. A contratação dos serviços objeto deste Estudo Preliminar deverá considerar os seguintes normativos:

5.1.1. Somente serão admitidas a participar do processo de credenciamento os estabelecimentos de saúde e profissionais de saúde de Salvador e sua região metropolitana e nas cidades de Porto Seguro e Bom Jesus da Lapa e suas respectivas microrregiões e em torno, que comprovem regularidade jurídica, fiscal, qualificação econômico-financeira e técnico- operacional, apresentando todos os documentos exigidos.

5.1.2. É permitido o credenciamento a qualquer tempo, de qualquer interessado, pessoa física ou jurídica que preencha as condições mínimas deste processo.

5.1.3. Poderão participar profissionais médicos e estabelecimentos de saúde que disponibilizem tratamentos clínicos e cirúrgicos nas especialidades admitidas ou que venham a ser admitidas pelo Conselho Federal de Medicina, de acordo com a resolução CFM nº 1.763/2005 ou outra que a venha substituir, observada a Lei 12.842/2013, bem como profissionais de saúde não médicos com atividades regulamentadas nos respectivos conselhos de fiscalização das atividades profissionais.

5.1.4. Poderão participar microempresas e empresas de pequeno porte, bem como as cooperativas de especialidades, desde que os serviços prestados sejam em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, juntando, na fase de credenciamento, listagem com o nome de todos os associados.

5.2. Não poderão participar:

5.2.1. Empresas ou associações reunidas em consórcio;

5.2.2. Operadoras privadas de planos de saúde;

5.2.3. Empresas cumprindo suspensão temporária de participação em licitação da Administração Pública;

5.2.4. Pessoas físicas ou jurídicas impedidas de contratarem com o Comando da Aeronáutica ou com a Administração Pública;

5.2.5. Pessoas físicas ou jurídicas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos limites determinados pelo § 5º e 6º, inciso IV do art. 156 da Lei 14.133/2021;

5.2.6. Pessoas físicas ou jurídicas que possuam restrições quanto a suas capacidades técnicas ou operacionais, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal, inclusive, sob investigação do Ministério Público quanto a sua idoneidade nos procedimentos utilizados na prestação dos serviços objeto do presente credenciamento;

5.2.7. Empresas que se encontrarem em processo de falência ou de dissolução;

5.2.8. Pessoas físicas que se encontrarem em processo de insolvência civil;

5.2.9. Quaisquer interessados que se enquadrarem nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

5.2.10. Cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de servidor integrante da Comissão de Credenciamento, da Seção de Auditoria, dos que exerçam funções de Ordenador de Despesas, gestor do FUNSA, bem como do Comandante desta Organização Credenciante; e

5.2.11. Sociedades que tenham em seu quadro societário quaisquer das pessoas indicadas nas alíneas anteriores. Neste caso, a restrição poderá ser afastada caso comprovada, no caso concreto, a ausência de ofensa aos princípios da isonomia, da impessoalidade e da moralidade.

5.3. Considerando o art. 6º da Instrução Normativa nº 01/2010, a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

5.3.1. Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

5.3.2. Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

5.3.3. Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

5.3.4 Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

5.3.5. Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

5.3.6. Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

5.3.7. Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

5.3.8. Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os Órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.

5.3.9. A duração inicial do contrato deverá ser de 60(sessenta)meses. Considerando-se tratar-se de serviço de natureza continuada, a contratação poderá ser estendida por mais de um exercício financeiro, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 10 (dez) anos, conforme o art. 106, da lei 14.122/2021, tendo como benefício direto da contratação, a efetiva manutenção da prestação do serviço público.

6. Levantamento de Mercado

6.1. Diversas empresas podem ser habilitadas a prestar os serviços desde que estejam qualificadas de acordo com os requisitos.

6.2. Como o credenciamento direto para saúde é um modelo de contratação utilizado basicamente pelas forças armadas, foram analisadas contratações similares feitas pela Marinha e pelo Exército no Estado da Bahia, por meio de consultas aos Editais de Credenciamento vigentes, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise.

6.3. Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A solução que atende os interesses e necessidades da Administração é o credenciamento por inexigibilidade de licitação, de Organizações Civas de Saúde (OCS), Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) e Cooperativas Médicas para serviços complementares em Assistência Médico Hospitalar e Ambulatorial; Atendimento de emergência/urgência em regime de 24 (vinte e quatro) horas diárias; Atendimento Domiciliar (HOME CARE); Laboratorial em Análises Clínicas e Anatomia Patológica; Fisioterapia; Fonoaudiologia; Psicologia; Anestesia; Terapia Ocupacional e Laboratorial; Serviços Auxiliares de Diagnósticos e Terapia (SADT) e Fornecimento de Órtese, Prótese e Materiais Especiais (OPME) aos beneficiários do SISAU, com vigência inicial de 60

(sessenta) meses, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitado a 10 (dez) anos contados da assinatura do Termo de Contrato/Adesão entre as partes, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. Por se tratar de credenciamento direto com Organizações Civas de Saúde (OCS), Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) e Cooperativas Médicas, não há uma definição de quantidades a serem contratadas. As empresas interessadas deverão preencher os critérios de qualificação técnica e administrativas e obedecer às normas para prestação de serviço a entidades públicas.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 7.000.000,00

9.1. As pretendidas contratações estão com valor estimado na despesa do Credenciamento Hospitalar em R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), considerando o plano de ação para a Unidade para o ano de 2024.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. A modalidade de contratação em questão não permite o parcelamento do objeto.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não existem contratações que guardam relação/afinidade com o objeto da compra /contratação pretendida, sejam elas realizadas, ou contratações futuras (inciso VIII, art. 9º, IN 58/2022).

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A contratação dos serviços está alinhada com as diretrizes da Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA), definidas no item 5 - CREDENCIAMENTO, da NSCA 160-7/2019 (ASSISTÊNCIA COMPLEMENTAR DO SISTEMA DE SAÚDE DA AERONÁUTICA) e subitem 13.4, da MCA 160-5/2022 (MANUAL DE AUDITORIA PARA O USO DA REDE COMPLEMENTAR DO SISTEMA DE SAÚDE DA AERONÁUTICA).

12.2. Propor e celebrar convênios e contratos com entidades militares e civis, públicas ou privadas, objetivando o credenciamento direto para a complementação da assistência de saúde nas respectivas áreas de jurisdição.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. Com a referida contratação pretende-se credenciar Organizações Civas de Saúde (OCS), Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) e Cooperativas Médicas para serviços complementares em Assistência Médico Hospitalar e Ambulatorial; Atendimento de emergência/urgência em regime de 24 (vinte e quatro) horas diárias; Atendimento Domiciliar (HOME CARE); Laboratorial em Análises Clínicas e anatomia Patológica; Fisioterapia; Fonoaudiologia; Psicologia; Anestesia; Terapia Ocupacional e Laboratorial; Serviços Auxiliares de Diagnósticos e Terapia (SADT) e Fornecimento de Órtese, Prótese e Materiais Especiais (OPME) aos beneficiários do SISAU.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Não se aplica, tendo em vista que a contratação visa o credenciamento de Organizações civis de saúde para prestação de serviços médicos hospitalares de modo que não haverá transferência de conhecimento, tecnologias ou de técnicas empregadas.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. As empresas contratadas deverão observar as práticas de sustentabilidade previstas em leis, decretos e resoluções de órgãos ambientais, mormente o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis encontrado no [www.comprasgovernamentais](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), site gov.br, bem como o respeito a medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo objeto contratado.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A referida contratação caracteriza-se como viável, pois trata-se de prestação de serviços de saúde aos usuários do SISAU. Condição esta que é fundamental para o apoio aos militares, dependentes e pensionistas no que se refere às questões de saúde. Além disto, percebe-se que há alinhamento entre o que se pretende com a contratação e as diretrizes de Comando da Aeronáutica.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RITA DE CASSIA BARRETO DOS SANTOS

Responsável pela contratação direta

ERICA CORDEIRO LIMA

Agente de contratação

CARLOS ALBERTO DE SOUSA
Agente de contratação



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
Data/Hora de Criação:	28/08/2024 17:20:22
Páginas do Documento:	9
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	10
Hash MD5:	4daee48205499ec4c62b430e1c5efdc6
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento MELISSA E. M. DE OLIVEIRA NASCIMENTO no dia 02/09/2024 às 11:51:01 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel QOFARM RITA DE CASSIA BARRETO DOS SANTOS no dia 12/09/2024 às 10:36:10 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten ÉRICA CORDEIRO LIMA no dia 13/09/2024 às 11:18:18 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Suboficial CARLOS ALBERTO DE SOUSA no dia 13/09/2024 às 11:25:51 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento VINICIUS ALBERTO FARIA DE SOUZA no dia 26/09/2024 às 11:23:59 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int CRISTIANE APARECIDA EVANGELISTA no dia 28/10/2024 às 13:25:17 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ANEXO XI - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
Data/Hora de Criação:	02/12/2024 13:01:18
Páginas do Documento:	11
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	12
Hash MD5:	32cb70b4f23ee96ecb8e401676169ec2
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento VINICIUS ALBERTO FARIA DE SOUZA no dia 04/12/2024 às 10:19:11 no horário oficial de Brasília.